



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de junho de 2024 foram visados 189 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 440 milhões de euros.

No mesmo período não houve recusas de visto.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE JUNHO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	102	35,92	282 694 211,99	64,13
Visto com Recomendações	56	19,72	124 041 108,38	28,14
Declaração de Conformidade Homologada	31	10,92	33 335 420,40	7,56
Recusa de Visto	0	0,00	0,00	0,00
Outras extinções da instância (*)	95	33,45	740 000,00	0,17
TOTAL DE DECISÕES	284	100	440 810 740,77	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	559	34,70	2 182 700 045,99	42,42
Visto com Recomendações	456	28,31	2 736 070 227,84	53,18
Declaração de Conformidade Homologada	201	12,48	179 058 308,13	3,48
Recusa de Visto	14	0,87	41 828 383,03	0,81
Outras extinções da instância (*)	381	23,65	5 365 887,15	0,10
TOTAL DE DECISÕES	1611	100	5 145 022 852,14	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão